

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2021

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (“Companhia” ou “SPE 08”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. Mensagem do Presidente

2021 foi mais um ano muito desafiador e de grandes avanços dos projetos de Transmissão na Companhia. Concluímos, com muito esforço, os dois empreendimentos que estavam em andamento, alcançando assim 100% do total da RAP (Receita Anual Permitida).

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário Consolidado de R\$ 916 milhões.

Nossos investimentos atingiram R\$ 305 milhões focados na conclusão das obras, termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias

Para 2022, nosso principal foco estará na constante melhoria da qualidade do serviço prestado e nos resultados dos nossos colaboradores. A eles, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos acionistas, fornecedores e parceiros.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. – (“SPE 08 ou “Companhia”) sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. “EQTL”, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR).

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 8 municípios no Estado do Pará.

Para o novo ciclo 2021-2022, que teve seu início no mês de julho de 2021, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$158,569 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 60, de 1 de agosto de 2017.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

3. Andamento do Projeto

A Equatorial 8 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em quatro etapas de entrega, sendo a primeira em 03 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, Compensador Síncrono de reativos. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente a LT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Transamazônica. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

4. Investimentos

Os investimentos em 2021 totalizaram R\$ 3,5 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2021 foi de R\$ 165,3 milhões

Custos e despesas operacionais

No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, incluindo depreciação, amortização e custo de construção foi de R\$ 11,4 milhões.

Custos e despesas operacionais gerenciáveis

Em 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R\$ 4 milhões.

EBITDA

Em 2021, o EBITDA Societário atingiu R\$ 153,8 milhões.

Resultado financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 86,3 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 15,7 milhões.

Lucro líquido

Em 2021, a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 51,9 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2021, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 705,9 milhões. A SPE 8 possui 8% de suas dívidas com vencimento no curto prazo. Os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 11,84% a.a., equivalente a 267,7% do CDI (6,00% a.a., equivalente a 217,6% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

* * *

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.4.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.303.888 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping, fluid strokes that form the name 'Carlos Santos Mota Filho'.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.790	23	Fornecedores	9	5.335	9.250
Aplicações financeiras	6	2.668	14.762	Empréstimos e financiamentos	10	40.495	20.388
Contas a receber de clientes		16.533	16.669	Debêntures	11	1.688	15.329
Impostos e contribuições a recuperar		473	322	Impostos e contribuições a recolher		1.779	4.817
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		7.966	7.151	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	12.3	1.015	2.317
Adiantamento a fornecedores		1.757	38	Dividendos a pagar	7	8	652
Outras contas a receber		1.766	1.121	Encargos setoriais		769	743
Ativos de contrato	8	175.442	138.848	Outras contas a pagar		1.240	1.307
Total do ativo circulante		237.395	178.934	Total do passivo circulante		52.329	54.803
Não circulante				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		30	30	Empréstimos e financiamentos	10	450.805	394.728
Imobilizado		14	14	Debêntures	11	212.921	190.849
Intangível		299	311	Mútuos	7	-	20.007
Ativos de contrato	8	1.128.446	1.132.101	PIS e COFINS diferidos	13	138.636	126.437
Total do ativo não circulante		1.128.789	1.132.456	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12.2	128.881	114.375
				Total do passivo não circulante		931.243	846.396
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	171.171	171.171
				Reservas de lucros	15	211.441	239.020
				Total do patrimônio líquido		382.612	410.191
Total do ativo		1.366.184	1.311.390	Total do passivo e patrimônio líquido		1.366.184	1.311.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	5.636	100.240
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	16	159.634	142.968
Receita operacional líquida		165.270	243.208
Custo dos serviços prestados	17	(7.428)	(115.481)
Lucro bruto		157.842	127.727
Despesas gerais e administrativas	17	(4.019)	(1.220)
Total de despesas operacionais		(4.019)	(1.220)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		153.823	126.507
Receitas financeiras	18	2.101	2.102
Despesas financeiras	18	(88.371)	(32.722)
Resultado financeiro		(86.270)	(30.620)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		67.553	95.887
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(1.150)	(2.308)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(14.506)	(18.509)
Impostos sobre o lucro		(15.656)	(20.817)
Lucro líquido do exercício		51.897	75.070
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,3032	0,4386
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		171.171	171.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	51.897	75.070
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total resultados abrangentes	<u>51.897</u>	<u>75.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		128.379	-	8.241	156.361	-	-	-	292.981
Integralização de capital		42.792	-	-	-	-	-	-	42.792
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	75.070	75.070
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	6.386	-	-	-	-	(6.386)	-
Constituição de reserva legal		-	-	3.434	-	-	-	(3.434)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(652)	(652)
Constituição de dividendos adicionais		-	-	-	(14.870)	-	79.468	(64.598)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		171.171	6.386	11.675	141.491	-	79.468	-	410.191
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	51.897	51.897
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	15.2.e	-	-	-	-	-	(79.468)	-	(79.468)
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal	15.2.a	-	7.288	-	-	-	-	(7.288)	-
Constituição de reserva legal	15.2.b	-	-	2.230	-	-	-	(2.230)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15.2.c	-	-	-	416	-	-	(424)	(8)
Realização de reserva de lucros a realizar	15.2.d	-	-	-	(15.545)	-	15.545	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.2.f	-	-	-	-	41.955	-	(41.955)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		171.171	13.674	13.905	126.362	41.955	15.545	-	382.612

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.897	75.070
Ajustes para:		
Amortização do intangível	12	12
Margem da receita de construção	(2.485)	2.449
Receita de operação e manutenção	(5.525)	-
Remuneração do ativo de contrato	(175.905)	(157.541)
PIS e COFINS diferidos	12.199	21.762
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	88.077	27.697
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.192)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.150	2.308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.506	18.509
	<u>(18.266)</u>	<u>(9.734)</u>
Variações em:		
Contas a receber	154.981	(12.831)
Impostos e contribuições a recuperar	(151)	(315)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(815)	(3.262)
Ativo de contrato	(3.869)	25.992
Adiantamento a fornecedores	(1.719)	49.851
Depósitos judiciais	-	913
Outros créditos a receber	(645)	(744)
Fornecedores	(3.915)	(21.195)
Impostos e contribuições a recolher	(3.038)	3.516
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(144)	(54)
Encargos setoriais	26	647
Outras contas a pagar	(67)	807
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>140.644</u>	<u>43.325</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(50.630)	(61.375)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.308)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	<u>69.440</u>	<u>(27.784)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	14.286	308.106
Aquisição de imobilizado	-	(26)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	<u>14.286</u>	<u>308.080</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	61.350	211.792
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.189)	(555.000)
Valor recebido para aumento de capital social	-	42.792
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	300.000
Amortização de principal de mútuo com partes relacionadas	(20.000)	(280.000)
Pagamento de dividendos	(80.120)	-
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	<u>(52.959)</u>	<u>(280.416)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>30.767</u>	<u>(120)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	143
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>30.790</u>	<u>23</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>30.767</u>	<u>(120)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	5.276	181.209
Receita de remuneração de ativo de contrato	175.905	157.541
Ativos de contrato - perda de realização	-	(73.584)
Receita de operação e manutenção	5.525	7.955
Outras receitas	7.836	5.148
	<u>194.542</u>	<u>278.269</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(3.869)	(110.074)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.729)	(5.395)
Ativos de contrato - ganho de realização	1.078	-
	<u>(7.520)</u>	<u>(115.469)</u>
Valor adicionado bruto	<u>187.022</u>	<u>162.800</u>
Depreciação e amortização	(12)	(12)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>187.010</u>	<u>162.788</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.203	3.099
	<u>2.203</u>	<u>3.099</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>189.213</u>	<u>165.887</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	3.483	2.027
	<u>3.483</u>	<u>2.027</u>
Tributos		
Federais	45.130	54.322
	<u>45.130</u>	<u>54.322</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	88.077	28.942
Aluguéis	332	190
Outros	294	5.336
	<u>88.703</u>	<u>34.468</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	41.955	652
Lucro líquido do exercício	9.942	74.418
	<u>51.897</u>	<u>75.070</u>
Valor adicionado	<u>189.213</u>	<u>165.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 188^(*) km; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, com extensão aproximada de 187^(*) km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV^(*), (2 x 150 MVA); (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR^(*)); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR^(*)).

Para o novo ciclo 2021-2022, que teve seu início no mês de julho de 2021, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$158.569, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. Contudo, a energização do empreendimento e sua colocação em operação comercial, não encerra todos os demais custos inerentes à construção.

Segue abaixo o quadro com o detalhamento das instalações em operação:

Instalações (*)	% do Contrato de Concessão (*)	Entrada em Operação Comercial (*)	Prazo regulatório (*)	Antecipação (meses) (*)
Compensador Síncrono - SE Rurópolis	13,42%	03/06/2019	21/07/2022	38
LT 230kV Xingu-Altamira C1	9,64%	24/09/2019	21/07/2022	34
Reforço SE Xingu	-	24/09/2019	10/09/2019	-
LT 230kV Transamazônica-Tapajós C1	31,59%	12/01/2020	21/07/2022	31
LT 230kV Altamira-Transamazônica C1	18,99%	12/01/2020	21/07/2022	31
SE 230/138kV Tapajós	11,52%	12/01/2020	21/07/2022	31
Compensador Síncrono da SE Tapajós	14,84%	15/10/2020	21/07/2022	22

Em 31 de dezembro de 2021, os custos de construção incorridos após a entrada em operação comercial da linha de transmissão, são oriundos da implementação de ativos qualificáveis referentes à entrada em operação da linha (cercas/muros, grama, britamento, arruamento, calçadas, etc) bem como a realização de custos relacionados à compensação ambiental estadual, reposição florestal e outros gastos diretamente vinculados às obras.

(*) Não auditado.

1.1 Impactos da Covid-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em decorrência dessa pandemia, a Companhia, que está em operação, identificou as seguintes dificuldades:

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

- Redução das equipes de campo devido aos procedimentos de isolamento social;
- Decretos municipais e estaduais que impedem a circulação de pessoas e restringe a circulação de veículos em algumas rodovias;
- Notificação por prefeituras municipais obrigando a paralisação completamente das atividades de campo;
- Ausência de locais para hospedagem de equipes;
- Não cumprimento de prazos de entregas de materiais, equipamentos e serviços por parte dos fornecedores;
- Deslocamento/transporte de materiais e equipamentos devido a restrições de passagem impostas em algumas rodovias;
- Realização de comissionamentos de instalações, os quais muitas vezes dependem da presença de técnicos vindos de outros estados da federação e até de outros países;
- Realização do planejamento da entrada em operação comercial de instalações devido aos técnicos do ONS responsáveis pelo processo estarem em teletrabalho; e
- Realização de manutenções programadas e de urgência devido às restrições de acesso nas subestações e deslocamento/transporte de materiais.

A pandemia da Covid-19 não gerou efeitos econômicos relevantes para as concessionárias de transmissão, pois no início do Ciclo 2019-2020, houve elevada arrecadação e, no ciclo 2020-2021 essa variação superávit/déficit de arrecadação foi devolvida/ressarcida, respectivamente, como Parcela de Ajuste.

A Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e, por ser regulada, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. O retorno presencial ocorreu após o avanço da vacinação e redução dos diagnósticos de casos e mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil. A Administração tomou as medidas necessárias para que o retorno dos colaboradores ocorresse de forma segura. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Vale lembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

A Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros.

Na gestão de empréstimos, a Companhia revisou o processo de refinanciamento e substituição das dívidas de curto prazo, que irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido, factíveis e prontamente executáveis para financiar seu plano de investimentos em 2021.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 048/2017-ANEEL, assinado em 21 de julho de 2017 celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

2.1 Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 13, de 19 de setembro de 2017.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029.

2.2 Licença ambiental

Inicialmente foram emitidas duas licenças de operação (LO):

- **Licença 12587/2021** - autoriza a operação da Linha de Transmissão - LT 230 KV SE-Xingu - SE - Altamira C1, com 59,43 Km de extensão de linha de transmissão - Trecho 1 a SE- Xingu (Ampliação), situada a Rodovia BR 230 (Transamazônica), km 64,5 - Vila Belo Monte, próximo à estrada vicinal, sentido Senador José Porfírio - Anapu-PA a SE Altamira (Ampliação), localizada a Rodovia Ernesto Aciolli - km 40 Altamira – PA.
- **Licença 12586/2021** - autoriza a operação da Linha de Transmissão - LT 230 kV Altamira - Transamazônica C2, de 188 km de linha de transmissão; LT 230 kV Transamazônica-Tapajós, C1, com 187 Km de extensão; SE-Transamazônica e SE-Tapajós, para os trechos 2 e 3, com início na SE-Altamira, situada na Rodovia Ernesto Aciolli - km 40 Altamira – PA, sob as Coordenadas Geográficas UTM: 368905.00 m E e 9653149.00 mS, com área: 1,0 ha e término na SE-Tapajós, localizada em Sítio Novo, a 1,3 km da PA-431, na comunidade Boa-Fé, município de Mojuí dos Campos.

Em 21 de maio de 2021, a SEMAS-PA substituiu e unificou as duas LO emitidas anteriormente, pela LO 12780/2021, com validade até 22 de setembro de 2024.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

- **Notas explicativas nº 8 - Ativos de contrato e nº 16 - Receita líquida** - Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

- **Nota explicativa nº 12 Imposto de renda e contribuições social diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro.
- **Nota explicativa nº 19 Instrumentos financeiros** - Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.12.1.

4.1 Receita operacional

4.1.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

A Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que a Companhia efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da Companhia cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte da Companhia não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia e a Companhia possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita operacional é composta da seguinte forma:

(a) Receita de construção e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

(c) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, tais montantes são acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M ocorrem após o término da fase de construção.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.3 Ativos de Contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de remuneração RAP, durante todo vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A partir de 01 de janeiro de 2018, com o advento do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica. Desta forma, duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura (C&M); e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após a homologação, momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 20 de dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que fornece orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do exercício das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto aos ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto à classificação dos ativos da Lei nº 12.783/13 como Ativo de contrato; e (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na Base de Remuneração Regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC *Weighted Average Cost of Capital* regulatório) em rubrica abaixo da margem operacional.

4.1 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita e despesas de juros;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Despesa de variação monetária.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

4.3.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

4.3.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são ajustados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.4 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

4.5 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

4.6 Instrumentos financeiros

4.6.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.6.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.6.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.6.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.7 Capital social

4.7.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.7.2 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia informa que no exercício em questão não houve perdas por redução ao valor recuperável.

4.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.10 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.11 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.11.1 Políticas contábeis aplicáveis apartir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essa alteração não tem impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não tem impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.11.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia.

c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

d) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

f) Outras normas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia não espera impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS 2018–2020.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista (a)	30.661	23
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>129</u>	-
Total	<u><u>30.790</u></u>	<u><u>23</u></u>

(a) Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 97% do CDI (91,62% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6 Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.512
Fundo de Investimento (Exclusivo) (a)		
Cotas de fundos de investimento	<u>2.668</u>	<u>13.250</u>
Total	<u><u>2.668</u></u>	<u><u>14.762</u></u>

(a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas. A variação no exercício decorre, principalmente, do ingresso de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 102,07% a.a do CDI (91,62% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2021		2020	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	156	1.266	153	962
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.348	12.911	1.628	11.922
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	100	1.142	163	988
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	94	787	99	611
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	248	1.912	-	-
Total		1.946	18.018	2.043	14.483
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(142)	(462)	(83)	48
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(51)	(189)	(33)	(2)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(18)	(52)	(15)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(3)	(50)	(28)	-
Integração Transmissora de Energia S.A - INTESA		(1)	-	-	-
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	(645)	(2.810)	(790)	223
Total		(860)	(3.563)	(949)	269
Mútuo					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	(136)	(20.007)	(384)
Total		-	(136)	(20.007)	(384)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.		(8)	-	(652)	-
Total		(8)	-	(652)	-

- (a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um exercício de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento; e
- (c) Em 24 de novembro de 2020, a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na qualidade de "Mutuante", celebrou Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário com Equatorial Transmissora 8 SPE S.A "Mutuária", conforme previamente anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.012 de 09 de abril de 2020, no montante de R\$ 150.000 com prazo de vencimento em até 02 anos contados a partir de 09 de abril de 2020, podendo ser pago antecipadamente, e com juros remuneratórios de CDI + 1% pro rata die. Esse contrato se justifica para evitar escassez de recursos por atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado. Em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 20.007 e foi liquidado no decorrer de 2021.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7.1 Remuneração das pessoas chaves da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., parte relacionada da Companhia e controladora indireta, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2021
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	495.000	100	07/11/2019	30/10/2038	403.918	494.740
1ª Emissão de Debêntures	189.000	100	23/05/2019	15/04/2039	189.000	223.765
	<u>684.000</u>				<u>592.918</u>	<u>718.505</u>

* Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.270.949</u>
Circulante	138.848
Não circulante	1.132.101
Remuneração de ativos de contrato (a)	175.905
Implementação da infraestrutura (b)	5.276
Manutenção e operação	5.525
Ativos de contrato – ganho de realização (c)	1.078
Reconhecimento da RAP	(154.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>1.303.888</u></u>
Circulante	175.442
Não circulante	<u><u>1.128.446</u></u>

- (a) A atualização dos ativos de contrato é feita com base no índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).
(b) Fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).
(c) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada provenientes de diversos fatores, tais como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação no custo dos insumos; (iii) antecipação/atraso no prazo de conclusão do projeto; e (iv) outros.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais	4.032	4.383
Serviços	533	3.165
Materiais com serviços	734	1.677
Encargos de uso da rede elétrica	36	-
Cauções	-	25
Total	<u>5.335</u>	<u>9.250</u>

Referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 24 dias (22 dias em 31 de dezembro de 2020).

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	<u>2021</u>		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Fiança + Recebíveis + Penhor de Ações	40.700	454.040	494.740
(-) Custo de captação			(205)	(3.235)	(3.440)
Total			<u>40.495</u>	<u>450.805</u>	<u>491.300</u>
			<u>2020</u>		
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Fiança + Recebíveis + Penhor de Ações	20.388	398.372	418.760
(-) Custo de captação			-	(3.644)	(3.644)
Total			<u>20.388</u>	<u>394.728</u>	<u>415.116</u>

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.388	394.728	415.116
Ingressos (a)	-	61.350	61.350
Encargos	29.831	25.089	54.920
Reclassificação do mútuo (b)	-	20.007	20.007
Transferência	50.369	(50.369)	-
Amortização de principal (c)	(34.189)	-	(34.189)
Pagamento de juros (d)	(26.108)	-	(26.108)
Custo de captação (e)	204	-	204
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.495	450.805	491.300
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	598.013	190.909	788.922
Ingressos	-	209.805	209.805
Encargos	31.134	(2.053)	29.081
Transferência	5.192	(5.192)	-
Amortização de principal	(555.000)	-	(555.000)
Pagamento de juros	(59.679)	-	(59.679)
Custo de captação	728	1.259	1.987
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.388	394.728	415.116

- (a) Em 30 de julho de 2021, ocorreu a terceira liberação do contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), no montante de R\$ 61.350. Tal recurso destina-se à Investimento da Companhia, com custo de IPCA + 1,6% a.a. com vencimento final em outubro de 2038. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo remanescente é de R\$ 491.300 e a taxa efetiva dessa operação é de 11.84% a.a.;
- (b) Para melhor apresentação, o saldo de mútuo, anteriormente apresentado na rubrica "Mútuo", foi reclassificado para a rubrica "Empréstimos e financiamentos".;
- (c) Este montante é composto por: R\$ 20.000 referente a amortização do mútuo e R\$ 14.189 referente a amortização do empréstimo;
- (d) Este montante é composto por: R\$ 143 referente ao pagamento de juros do mútuo e R\$ 25.965 referente ao pagamento de juros do empréstimo; e
- (e) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	40.495	8%
2023	28.378	6%
2024	28.378	6%
2025	28.378	6%
Após 2025	368.906	75%
Subtotal	454.040	93%
Custo de captação (Não circulante)	(3.235)	-1%
Não circulante	450.805	92%
Total	491.300	100%

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (reais e fidejussórias, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 7 – Partes relacionadas) e *covenants* (apresentados pelo seu avalista e controlador final, Equatorial Energia S.A.) cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Equatorial Energia S.A. cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11 Debêntures

11.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.329	190.849	206.178
Encargos	10.881	-	10.881
Transferência	(529)	529	-
Pagamento de juros	(24.522)	-	(24.522)
Varição monetária	-	21.543	21.543
Custo de captação (a)	529	-	529
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.688	212.921	214.609
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	186.776	186.776
Encargos	15.858	(5.656)	10.202
Transferência	(529)	529	-
Varição monetária	-	8.668	8.668
Custo de captação	-	532	532
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.329	190.849	206.178

(a) Refere-se à amortização do custo de transação/captação.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo Circulante	2021	
								Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(2)/(3)(4)	1ª	102.000	IPCA +4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.688	212.921	214.609

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Não conversíveis em ações
- (3) Espécie Quirografária
- (4) Debêntures Incentivadas

11.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2021	
	Valor	%
Circulante	1.688	1%
2023	1.108	1%
2024	2.216	1%
2025	4.431	2%
Após 2025	213.793	99%
Subtotal	221.548	103%
Custo de captação (Não circulante)	(8.627)	-4%
Não circulante	212.921	99%
Total	214.609	100%

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo o principal listado abaixo:

Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido em sua fiadora sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação informações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : <= 4,0

1ª debêntures

3,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada conforme a seguir:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	67.553	67.553	95.887	95.887
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	16.889	6.079	23.972	8.630
Adições:				
Custo de construção - CPC 47/IRFS 15	698	251	44.818	16.134
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (a)	29.455	10.605	23.241	8.367
Outras adições	2.747	-	1.128	406
Total de adições (B)	32.900	10.856	69.187	24.907
Exclusões:				
Receita de construção -CPC 47/IRFS 15	(42.477)	(15.292)	(84.002)	(30.240)
Outras exclusões permanentes	(24)	-	(24)	-
Total de exclusões (C)	(42.501)	(15.292)	(84.026)	(30.240)
Compensações:				
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	(493)	(2.747)	(989)
Total da compensações (D)	-	(493)	(2.747)	(989)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental	(7.288)	-	(6.386)	-
Total das deduções (E)	(7.288)	-	(6.386)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (a+b+d+e)	-	(1.150)	-	(2.308)
Prejuízo fiscal e base negativa constituídos	-	-	2.333	840
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(9.577)	(4.929)	(13.610)	(4.899)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(9.577)	(6.079)	(13.610)	(7.207)
Alíquota efetiva	-14%	-9%	-14%	-8%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017.

(i) O valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a R\$ 7.288 (R\$ 6.386 em 31 de dezembro de 2020);

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (ii) O valor dos impostos correntes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a R\$ 1.150 (R\$ 2.308 em 31 de dezembro de 2020), sendo composto pelos montantes de R\$ 0 e R\$ 1.150 (R\$ 0 e 2.308 em 31 de dezembro de 2020), de IRPJ e CSLL, respectivamente; e
- (iii) O valor dos impostos diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a R\$ 14.506 (R\$ 18.509 em 31 de dezembro 2020), sendo composto pelos montantes de R\$ 9.577 e R\$ 4.929 (R\$13.610 e R\$4.899 em 31 de dezembro de 2020), de IRPJ e CSLL, respectivamente.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>2020</u>	<u>Reconhecimento no resultado</u>	<u>2021</u>
Total das adições do exercício	354.960	41.009	395.969
Total das exclusões do exercício	(472.508)	(57.769)	(530.277)
Prejuízo fiscal	2.334	2.747	5.081
Base negativa de CSLL	839	(493)	346
Total	<u>(114.375)</u>	<u>(14.506)</u>	<u>(128.881)</u>

12.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>64</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	2.308
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.317</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	1.150
Pagamento de IR e CSLL de exercício anterior	(2.308)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(144)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.015</u>

12.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2023, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar (*)	4.138	1.289	5.427

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta créditos a realizar de R\$5.427.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Base de cálculo da receita		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura	5.276	181.209
Receita dos ativos de contrato	175.905	157.541
Ganho (perda) na realização dos ativos de contrato	1.078	(73.584)
	<u>182.259</u>	<u>265.166</u>
PIS/COFINS sobre a receita de construção/ativos de contrato no exercício (9,25%) (i)/(a)	<u>16.859</u>	<u>24.528</u>
Outros (ii)	-	932
Amortização de PIS/COFINS (ii)	<u>(4.660)</u>	<u>(3.698)</u>
Saldo no início do exercício (iii)	<u>126.437</u>	<u>104.675</u>
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	<u>138.636</u>	<u>126.437</u>

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção conforme tributação da receita do mês.

14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

14.1 Trabalhista

Existem contingências trabalhista, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 250 (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foi constituída provisão.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 171.171.

Conforme Reunião do Conselho da Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017, aos acionistas da Companhia têm até 31 de dezembro de 2022 para integralizar totalmente seu capital social.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital está representado por 171.170.601 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

15.2 Reserva de lucros

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 13.674 (R\$ 6.386 em 31 de dezembro de 2020), o qual contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizados nos exercícios de 2021 e 2020.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 13.905 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 11.675).

c. Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	51.897	75.070
(-) Incentivo Fiscal	(7.288)	(6.386)
(-) Reserva legal (5%)	(2.230)	(3.434)
(=) Lucro líquido ajustado	<u>42.379</u>	<u>65.250</u>
Dividendos mínimos obrigatórios calculados	424	652
(-) Reserva de lucros a realizar	(416)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>8</u>	<u>652</u>

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

d. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia está em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos a medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 126.362 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 141.491).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	141.491	156.361
Constituição	416	-
Realização	(15.545)	(14.870)
Saldo final em 31 de dezembro	126.362	141.491

e. Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva é de R\$ 15.545 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 79.468).

f. Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é constituída com base no excesso do lucro do exercício não destinado de acordo com o art. 196 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 41.955 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0).

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	5.276	181.209
Receita de operação e manutenção (b)	5.525	7.955
Ativo de contrato - perda de realização (c)	-	(73.584)
Outras receitas	7.836	5.148
	<u>18.637</u>	<u>120.728</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(10.357)	(8.046)
PIS/COFINS diferidos (d)	(488)	(10.887)
Encargos do consumidor (g)	(2.156)	(1.555)
	<u>(13.001)</u>	<u>(20.488)</u>
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	<u>5.636</u>	<u>100.240</u>
Receita de remuneração de ativo de contrato (f)		
Remuneração de ativos de contrato	175.905	157.541
PIS/COFINS diferidos	(16.271)	(14.573)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	<u>159.634</u>	<u>142.968</u>
Receita operacional líquida	<u>165.270</u>	<u>243.208</u>

- (a) A redução da receita de construção e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra. A Companhia revisou e alterou a nomenclatura da receita relacionada à implementação das infraestruturas de transmissão, onde a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura";
- (b) Esta receita é decorrente dos custos incorridos e necessários para o cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção (acrescidos da margem projetada). Em 31 de dezembro de 2021 o empreendimento já se encontra 100% em operação;
- (c) Conforme orientações do ofício CVM 04/2020 houve reclassificação do saldo para o custo. Refere-se às variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real;
- (b) Com a finalização da obra, o investimento na mesma (que reflete na receita de implementação e melhoria da infraestrutura) foi menor do que no exercício anterior, fazendo com que os impostos em questão tenham reduzido também;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento dos ativos de contrato.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Margens das obrigações de performance

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Implementação e melhoria de infra estrutura		
Receita (liquida de PIS e COFINS diferidos)	4.788	170.322
Ganho/perda de margem pela realização (liquida de PIS e COFINS diferidos)	978	(73.584)
	5.766	96.738
Custo	(4.365)	(110.074)
Margem (R\$)	1.401	(13.336)
Margem percebida (%) (*)	24,30%	-13,79%
Margem orçada no início do contrato (%)	28,41%	28,41%
Operação e manutenção		
Receita	5.525	7.955
Custo	(4.041)	(5.407)
Margem (R\$)	1.484	2.548
Margem percebida (%)	26,86%	32,03%
Margem orçada no início do contrato (%)	28,41%	28,41%

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	2021				
	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total dos custos	Despesas administrativas
Pessoal	-	(450)	-	(450)	(3.033)
Material	(811)	(474)	-	(1.285)	-
Serviços de terceiros	(3.058)	(2.635)	(421)	(6.114)	(903)
Arrendamento e aluguéis	-	(266)	(22)	(288)	(44)
Amortização do ativo intangível	-	-	(12)	(11)	-
Varição das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (b)	-	-	978	978	-
Outros	-	(216)	(41)	(258)	(39)
Total	(3.869)	(4.041)	482	(7.428)	(4.019)

	2020				
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total dos custos	Despesas administrativas
Pessoal	(1.409)	(1.271)	-	(2.680)	(756)
Material	(32.681)	(382)	-	(33.063)	-
Serviços de terceiros	(45.004)	(3.524)	-	(48.528)	(328)
Encargos financeiros	(17.785)	-	-	(17.785)	-
Arrendamento e aluguéis	-	(152)	-	(152)	(37)
Amortização do ativo intangível	-	(12)	-	(12)	-
Outros	(13.195)	(66)	-	(13.261)	(99)
Total	(110.074)	(5.407)	-	(115.481)	(1.220)

(a) O custo de construção são todos os custos da Companhia para a implementação da infraestrutura. Estes, sofreram redução por conta do início das operações em março de 2020, uma vez que a Companhia chegou a 100% das obras concluídas; e

(b) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, decorrentes de diferença entre a margem orçada versus a margem realizadas, essas diferenças são provenientes de diversos fatores, tais como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação no custo dos insumos; (iii) antecipação/atraso no prazo de conclusão do projeto; (iv) entre outros.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	2.192	2.196
PIS/COFINS sobre receita financeira	(102)	(103)
Outras receitas financeiras	11	9
Total de receitas financeiras	<u>2.101</u>	<u>2.102</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(66.535)	(25.858)
Variação monetária dívida	(21.542)	(6.599)
Juros, multas s/ operação de energia	(13)	(230)
Outras despesas financeiras	(281)	(35)
Total de despesas financeiras	<u>(88.371)</u>	<u>(32.722)</u>
Resultado financeiro	<u>(86.270)</u>	<u>(30.620)</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, as receitas e despesas financeiras eram ativadas e incorporadas ao ativo de contrato, conforme CPC 20 – Custos dos empréstimos. No primeiro semestre de 2021, com a entrada em operação das SPEs, a partir desta data as receitas e despesas financeiras passaram a compor o resultado financeiro.

19 Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	30.790	30.790	23	23
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.668	2.668	14.762	14.762
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	16.533	16.533	16.669	16.669
Total			49.991	49.991	31.454	31.454

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.335	5.335	9.250	9.250
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	491.300	494.740	415.116	418.759
Debêntures	-	Custo amortizado	214.609	192.014	206.178	198.003
Total			711.244	692.089	630.544	626.012

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos, financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

19.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

• Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$30.790 (R\$23 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

• Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	2021						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	491.300	626.655	-	64.146	45.450	120.008	397.051
Títulos de dívida emitidos com garantia	214.609	485.261	-	14.745	30.729	91.846	347.941
Fornecedores	5.335	5.335	5.335	-	-	-	-
Total	711.244	1.117.251	5.335	78.891	76.179	211.854	744.992

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	2.797	3.127	3.209	3.292	3.045	2.962
Impacto no resultado				82	165	(82)	(165)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(718.505)	(751.341)	(759.550)	(767.759)	(743.132)	(734.923)
Impacto no resultado				(8.209)	(16.418)	8.209	16.418
Efeito líquido no resultado				(8.127)	(16.253)	8.127	16.253
		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2021	+25%	+50%	-25%	-50%
Referência para ativos e passivos financeiros							
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
IPCA (% 12 meses)		5,22%	10,06%	6,53%	7,83%	3,92%	2,61%

Fonte: B3 e Santander

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Mudanças nos passivos atividades de financiamento

	2020	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Transferências (**)	Outros (***)	2021
Empréstimos e financiamentos	415.116	27.161	(26.108)	20.007	55.124	491.300
Mútuos	20.007	-	-	(20.007)	-	-
Debêntures	206.178	-	(24.522)	-	32.953	214.609
Dividendos a pagar	652	(80.120)	-	-	79.892	424
Total	641.953	(52.959)	(50.630)	-	167.969	706.333

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) Para melhor apresentação, o saldo de mútuo, anteriormente apresentado na rubrica “Mútuo”, foi reclassificado para a rubrica “Empréstimos e financiamento; e

(***) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em um montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Risco	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	30/04/2022	81.945
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2022	50.000
Veículo	30/04/2022	(a)

(a) Conforme a apólice, este seguro se refere a um seguro apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA